



ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal de Teresina

SEMA - Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

Ata Nº 8526151 - GAB-SEMA/GT-SEMA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL COM TRANSMISSÃO ONLINE PARA DEBATES E ESCLARECIMENTOS ACERCA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA DO SISTEMA INTEGRADO DE LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA, COMPREENDENDO O SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E NÚCLEOS URBANOS, SISTEMA COMPLEMENTAR DE LIMPEZA URBANA E SISTEMA DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Audiência Pública para fomentar a discussão, a participação e esclarecer aos interessados os principais aspectos do processo de contratação pública e levantar subsídios ao processo licitatório de contratação de serviços de limpeza urbana do sistema integrado de limpeza pública do município de Teresina, compreendendo o sistema de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e núcleos urbanos, sistema complementar de limpeza urbana e sistema de disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos.

Às 9:26 horas do dia 17 de novembro de 2023, no auditório do Centro de Formação Professor Odilon Nunes, localizado na Rua Magalhães Filho, 1772 – Centro (Norte), Teresina – PI, e com transmissão ao vivo pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=zmtwN2HkcBs> e <https://www.youtube.com/watch?v=iKRAnMXoZH8>, deu-se início à audiência pública. Reuniram-se o Senhor Ronney Wellington Marques Lustosa, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, o Senhor Ricardo Rodrigues de Sousa Martins Neto, Procurador Geral do Município, o Senhor James Guerra Júnior, Secretário De Desenvolvimento Urbano e Habitação, o Senhor Glauco de Oliveira Castro, Superintendente Executivo da Saad Rural, o Senhor Andrei Monteiro Medeiros Costa, Superintendente De Ações Administrativas Descentralizadas - Sudeste II, o Senhor Ernani Melo Freitas, representando o Secretário Municipal De Desenvolvimento Urbano e Habitação, o Senhor Paulo Nunes Cordeiro, Coordenador Especial de Limpeza Pública, e respectivos membros da Equipe de Apoio (com a participação das pessoas na lista de presença anexa), designados pelo instrumento legal ATO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023 - AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, conforme previsto no art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente ao Processo nº 00030.001311/2022-09, para realizar os procedimentos relativos ao processo de contratação de serviços de limpeza urbana do sistema integrado de limpeza pública do município de Teresina, compreendendo o sistema de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e núcleos urbanos, sistema complementar de limpeza urbana e sistema de disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos.

O Senhor Ronney Wellington Marques Lustosa, representando o Prefeito municipal de Teresina, deu início à AUDIÊNCIA cumprimentando os presentes e falou sobre a importância da licitação de limpeza urbana, como uma das maiores do município de Teresina, além de sua complexidade, como serviço que impacta no dia a dia do cidadão. Também falou sobre a audiência se tratar de procedimento de ampliação da transparência do processo licitatório e dos atos públicos.

Após, passou a palavra para o representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, o Senhor Paulo Nunes Cordeiro, para a condução da audiência.

Após, a palavra foi repassada ao Senhor José Robispierre de Carvalho Leite, engenheiro da SEMDUH, para a explanação do projeto, objeto da licitação, nos moldes do documento Anexo -

Assim, foi finalizada a explanação pelo Sr. José Robispierre, passando ao momento de participação da audiência, através dos representantes credenciados, conforme lista e ordem apresentada no site da SEMA, através do link <https://sema.pmt.pi.gov.br/2023/11/16/lista-de-credenciados-para-manifestacao-em-audiencia-publica/>, para sugestão de ações, retirada de dúvidas e apontamento de equívocos.

Foi chamado o Sr. Dionísio Carvalho Neto, pessoa física, que parabenizou a organização e a equipe pelo evento realizado, bem como pela proposta apresentada e encerramento do lixão de Teresina. Consequente, questionou acerca da possibilidade de aumento da porcentagem de item do projeto, que trata da reciclagem, estando em 2%, mas que poderia aumentar para 10% ou 20%.

Em seguida, o Sr. José Robispierre respondeu que, atualmente, a Prefeitura tem que produzir 320 toneladas de material reciclado com a coleta seletiva, mas que não é possível alcançar este resultado, por fatores que não são de responsabilidade exclusiva da Prefeitura, pois necessita, também, da cooperação da população, e que a quantidade produzida por mês é de apenas 111 toneladas, não alcançando nem os 2% pretendidos, que seria a meta provisória, com a tendência de aumento em momento futuro. Complementando, o Sr. Fabricio Amaral pontuou sobre a preocupação do Prefeito com os catadores, assim que o mesmo assumiu a gestão, visto que em momento pretérito a Prefeitura fazia a coleta do material reciclado e a entrega era feita para apenas uma cooperativa. Afirmou que, a SEMDUH realizou chamamento público com o intuito de cadastrar outras cooperativas de catadores para realizar a coleta seletiva, e ressaltou que esse processo foi uma luta coletiva, e teve relativa importância pois, por lei, o lixo é considerado um bem, um valor, e a Prefeitura não pode destinar o reciclado para qualquer pessoa. Então, hoje, são 4 cooperativas de catadores beneficiadas. Destacou ainda que, que outro ponto trabalhado é a conscientização e participação popular. Antes, eram apenas 80 condomínios beneficiados com a coleta seletiva, e atualmente, por meio da divulgação e trabalho da Prefeitura, aproximadamente 500 condomínios fazem coleta seletiva, e que a próxima etapa é englobar bares, restaurantes e outros grandes geradores. Para esse processo é importante a interação e ajuda de todos, como a sociedade, as empresas e a mídia, mas que para que as cooperativas possam participar legalmente do processo necessitam estar devidamente habilitadas, de acordo com requisitos legais.

Fora passada a palavra para o participante Romero Carneiro Leão, representante da empresa VIA AMBIENTAL ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A. (CNPJ: 09.558.134/0001-05), que parabenizou a organização e a equipe pelo evento realizado, e questionou acerca de alguns pontos a serem debatidos, de maneira que afirmou que entregará documento se houver algum esclarecimento adicional. Argumentou acerca do orçamento global da licitação, representando 32 milhões de reais por mês, sendo o gasto de 2022 de 16 milhões, representando o dobro do valor estimado, questionando sobre essa diferença abrupta e quais fatores que levaram a tal aumento. Questionou também a respeito da quantidade de serviços, indagando sobre qual fator levou ao aumento de serviço, como por exemplo a coleta domiciliar, abordando sobre a importância de considerar uma série histórica na justificativa dos quantitativos para a mensuração do quantitativo necessário e aproximado adequado. Evidencia a preocupação, por parte das empresas participantes da licitação, pela viabilidade de fornecimento do serviço. Outro ponto é a questão do aterro sanitário, pela evolução e migração do aterro público para aterro privado. Parabeniza esse ponto, mas questiona essa modelagem de contratação, e o agrupamento de objetos em uma mesma licitação, pois não é um modelo adotado em outros lugares. Menciona que as empresas de limpeza pública não atuam no ramo de aterro, a não ser que seja realizado por meio de consórcio. Questionou sobre o pagamento de dois BDI, o de limpeza urbana e outro para disposição final, visto que a licitação é dividida em dois objetos. Apontou que pode ser um modelo de contratação ineficiente, e que segregação da contratação em objetos distintos pode ter efeito positivo, até mesmo no orçamento. O último ponto apresentado é com relação ao prazo de contratação, que é de 60 meses, e faz comparativo com outros processos licitatórios, e questiona a fundamentação e como se chegou a esse prazo, e se houve análise da vantajosidade para o poder público. Faz menção ao plano municipal de resíduos sólidos, como um requisito do projeto ser aderente a esse plano, porém o plano é 2018 com dados de 2012, representando 10 anos de defasagem, que necessita ser atualizado, sendo inclusive uma exigência legal, e que a Prefeitura necessita fazer esforços maiores para aumentar o percentual de coleta para reciclagem, devido à meta nacional, que está em distante da realidade municipal.

Em seguida, fora repassada a palavra ao Sr. Pablo Porto Silva Carvalho, representante da

Empresa Litucera Limpeza e Engenharia LTDA (CNPJ nº 62.011.788/0001-99), que não realizou considerações.

Após, a palavra fora passada a Alexandre Castilho Flores, representante da empresa REVITA ENGENHARIA S.A. (CNPJ nº 08.623.970/0023-60), que cumprimentou os presentes e indagou sobre a crescente de resíduos e qual critério foi utilizado para a medição dessa crescente. Questionou também sobre os equipamentos que serão exigidos para o aterro, e sua dedicação de destinação exclusiva, na qual se exige que o equipamento fique no aterro, elevando os custos estimados.

Em seguida, fora repassada a palavra ao Sr. Gleydison Cesar Machado Lima, representante da Empresa REVITA ENGENHARIA S.A. (CNPJ nº 08.623.970/0023-60), que não realizou considerações.

Em seguida, o Sr. Fabricio Amaral solicitou que os questionamentos fossem encaminhados para o e-mail, podendo assim, detalhar melhor as perguntas. Ainda, fez algumas considerações: afirmou o sistema de coleta e disposição de resíduos irá mudar, com uma nova modelação, sendo a coleta destinada a um aterro diverso, com a mudança de equipamento, a capacidade de coleta e custo, e distância percorrida, com aumento e melhorias, por exemplo, em serviço de capina, aumentando a manutenção de determinado serviço e consequentemente a limpeza de resíduos sólidos. Com relação a equipamentos, a carroça deixará de fazer parte do serviço, sendo substituída pela motocar. Também, acrescentou-se os núcleos urbanos, que não faziam parte desse sistema de coleta, acrescentando-se ainda, mais uma SAAD, pois a SAAD SUDESTE subdividiu-se em SAAD SUDESTE I e SAAD SUDESTE II, o que gera um subdimensionamento de equipamentos. Outro serviço que leva ao acréscimo de custo é o desativamento do aterro.

Foi repassada a palavra a Sra. Márcia Regina de Alencar representando a COOPERATIVA COOPCATA 3Rs, que se apresenta, agradece e parabeniza a iniciativa da Prefeitura pelo evento e oportunidade. Fala da importância da sua classe e fala das dificuldades de se manter uma cooperativa, de fato e de direito, seja por critérios burocráticos ou tributários. Fala também sobre a necessidade no avanço da política de inclusão em serviços ambientais na coleta seletiva. Aborda a realidade das cooperativas regionais, comparadas às cooperativas do Sul, pois estas possuem uma geração de resíduos elevada, além de apoio técnico e assessoria. Cita a influência da justiça social, climática e econômica no planejamento estratégico como fator necessário de evolução para os serviços de coleta. Aborda a importância da participação das cooperativas, como parte fundamental na coleta seletiva, para o desenvolvimento da justiça social, além da participação da iniciativa privada. Fala da importância do planejamento e participação coletiva, com a participação de todos para uma gestão sustentável.

Após, o participante Lucas Henrique da Silva Nascimento, pessoa física, falou sobre a perspectiva da coleta seletiva na tratativa de resíduos, como morador de comunidade, e da estimulação dos moradores para a triagem de resíduos, como uma iniciativa própria, pois apesar desses aspectos não possuírem infraestrutura e amparo pelo poder público, as comunidades tentam cumprir seu papel, na medida de sua capacidade. Aborda o impacto da coleta seletiva para os moradores de comunidades. Questiona porque os condomínios particulares são e continuarão sendo assistidos pela coleta seletiva, mas as comunidades não, e como estas serão incluídas nesse serviço.

Prosseguindo, o Senhor Ricardo Teixeira abriu espaço para as manifestações dos participantes credenciados no modo virtual. No entanto, não foi possível a apresentação dos questionários na audiência presencial, de modo que as manifestações seriam encaminhadas por meio de e-mail disponibilizado pelo Grupo de Trabalho da SEMA.

Decorrido o prazo de discussão, foi repassada a palavra ao Sr. Bruno Camargo de Holanda Cavalcante, representante do TCE/PI, que parabenizou a iniciativa da audiência pública, por dar cumprimento ao comando legal e trazer transparência para o processo de contratação. Afirmou que o TCE/PI vem acompanhando o processo licitatório de limpeza pública, que participaram da última audiência realizada para debater o tema, e que sabe das dificuldades apresentadas na contratação do serviço de limpeza pública, por ser complexo e envolver muitos recursos. Abordou, como uma preocupação, sobre auditoria que poderá ser realizada tanto no procedimento licitatório quanto nos contratos que envolvem limpeza pública. Questionou acerca da composição unitária dos serviços e replicar coeficiente de produção, que são praticados em outras capitais do país. Ademais, questionou também acerca da necessidade da manutenção dos equipamentos *full time*, o custo da hora produtiva e da hora

improdutiva desse equipamento, se esses pontos foram alinhados no edital.

Após, a palavra foi repassada ao Sr. Fabricio Amaral, engenheiro da SEMDUH, que explanou que foram observadas as composições de custos de processos anteriores, com algumas modificações, e que estão seguindo as recomendações do TCE/PI e MP/PI, observando as melhorias propostas no processo.

Encerrada a fase de debate, em que as partes apresentaram seus questionamentos, na ordem de credenciamento, e foram feitos os apontamentos pelos representantes da SEMDUH, bem como pelos membros do TCE/PI, abriu-se, novamente, espaço para discussão em torno de pontos ainda não abordados, com a participação dos presentes, entre credenciados e não credenciados.

O Sr. Romero Carneiro Leão fez algumas observações sobre a fala dos representantes das cooperativas, com relação à capacidade da estrutura atual de recebimento e processamento da reciclagem por parte da Prefeitura e se precisaria de uma estruturação maior para atender à demanda. Apontou, também, questões a respeito da composição de preços da disposição final de resíduos.

Após, a Sra. Márcia Regina de Alencar explanou sobre as dificuldades estruturais que enfrentam as cooperativas na execução do serviço de reciclagem, carecendo de infraestrutura e apoio governamental. Falou da importância do planejamento integrado, para transformar o modelo existente, que funciona, mesmo que de forma simples, em um modelo que possa ser escalado para outras zonas da cidade.

Complementando a fala da Márcia Regina, o participante Lucas Henrique da Silva Nascimento reforça a carência de infraestrutura para melhor realizar a coleta seletiva, com agentes capacitados, consciência coletiva, maquinário adequado e planejamento estratégico.

Logo em seguida, o Sr. Lukano Sá, representante do grupo Natus, apresenta-se e parabeniza a Prefeitura pela iniciativa da audiência pública, e fala sobre a necessidade de fazer a atualização do plano citado pelo senhor Romero, pois o apresentado no processo está defasado, com dados de 2012. Fala sobre a exigência de um patrimônio líquido elevado para a participação na licitação, que restringe as empresas interessadas e aptas a participarem, impactando na diminuição da competitividade, e sobre as exigências de habilitação, em aspectos específicos dos serviços contemplados.

O participante Ramon Campelo, que se apresenta, e fala da importância da contemplação da compostagem no objeto da licitação, como um negócio de impacto socioambiental e inovador no contexto das mudanças climáticas, afirmando sobre a necessidade desse serviço fazer parte do processo, pelo volume que esse serviço representa. Fala que Teresina implementou um plano de ação climática, no qual contempla a compostagem, com ações que incentivam e promovem os pequenos negócios que estão surgindo nessa área.

Consequente, o Sr. Romero Leão faz considerações sobre a fala do participante Ramon Campelo e o questiona sobre o custo que a compostagem representará para a Prefeitura de Teresina no processo já iniciado.

O Sr. Urias Gonzaga do Nascimento, representante da SEMDUH pontua que o sistema está constituído de acordo com os planos de metas instituídos, e que a inserção de novos serviços, como a compostagem, esbarra em aspectos que o tornam inviável no momento, não excluindo a discussão e a possibilidade de tratar o tema em futura pauta.

O Sr. Romero faz sugestão sobre a discussão desse ponto em momento atual, tendo em vista o prazo de vigência da licitação, qual seja de 60 meses.

O representante da SEMDUH, Fabricio Amaral, menciona o custo, a longo prazo, que esse serviço representa, necessitando de arranjos que não serão possíveis nessa licitação.

O Sr. Dionísio pergunta se haverá uma bitributação em relação aos serviços que serão prestados.

O representante da SEMDUH, Fabricio Amaral, afirma pela composição de custos feita, não haverá bitributação, e que o que pode acontecer é que as empresas que não têm aterro poderão realizar consórcios.

Há um debate, sobre esses pontos relacionados acima, entre representantes do TCE/PI, o

público participante e representantes da SEMDUH sobre os custos do objeto contratual para quem irá prestar o serviço.

O participante, Ramon Campelo, reabre a discussão sobre a compostagem e o modelo de contratação, trazendo a subcontratação como uma possível solução, e citando modelos adotados em outras capitais.

Por fim, o Secretário da SEMDUH, James Guerra Júnior agradeceu a participação de todos e falou da importância e da complexidade da licitação em discussão, das melhorias esperadas e da implementação do novo projeto. Afirmou que o processo está iniciando agora, e que terá a participação do Ministério Público, das empresas, das cooperativas, e de todas as pessoas interessadas nesse processo, de forma transparente e esclarecedora, buscando o aperfeiçoamento.

Por fim, o Sr. Ricardo Teixeira, Diretor de Coordenação do Grupo de Trabalho da SEMA, deu por encerrada a audiência pública, e disponibilizou o e-mail do Grupo de Trabalho da SEMA para envio dos questionamentos, que pode ser encontrado no site da SEMA, na matéria que trata da audiência em questão.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, anexando-se a lista de presença desta Audiência Pública que se encerrou às 12 horas e 10 minutos.

Eu, Luariadna Carvalho Silva, que digitei e subscrevo.

Em 21 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Luariadna Carvalho Silva, Assessora Técnica de Nível Superior II**, em 21/11/2023, às 14:10, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Teixeira de Carvalho Júnior, Diretor(a) de Coordenação do Grupo de Trabalho**, em 21/11/2023, às 14:10, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.pmt.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **8526151** e o código CRC **1653441B**.

Referência: Processo nº 00030.001311/2022-09

SEI nº 8526151

Rua Firmino Pires, 121 - Bairro Centro - - CEP 64001-070 - Teresina - PI
- <http://sema.teresina.pi.gov.br/>